



**Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de lançamento do Livro-Relatório sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**

**Palácio do Planalto, 29 de agosto de 2007**

Quero cumprimentar o senador Renan Calheiros, presidente do Senado Federal,

Cumprimentar o Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara dos Deputados,

Cumprimentar os ministros Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos; Dilma Rousseff, da Casa Civil; Tarso Genro, da Justiça; Nelson Jobim, da Defesa; Guido Mantega, da Fazenda; Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Luiz Marinho, da Previdência Social; Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário; Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República; José Antonio Toffoli, Advogado-Geral da União; Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República,

Quero cumprimentar o companheiro Nilmário Miranda, ex-secretário de Direitos Humanos,

Quero cumprimentar o nosso amigo José Gregori, que foi da Secretaria e ministro da Justiça do governo Fernando Henrique Cardoso,

Quero cumprimentar os senadores Augusto Botelho, Capiberibe, Eduardo Suplicy e José Nery,

Quero cumprimentar os deputados e as deputadas que estão aqui presentes. Não posso nominá-los porque quando tem muitos deputados, vocês são prejudicados na minha nominata.

Quero cumprimentar a nossa querida Elzita Santa Cruz,

Cumprimentar todos os companheiros e companheiras, familiares de



mortos e desaparecidos políticos,

Quero cumprimentar o Marco Antônio Rodrigues Barbosa, presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos,

E quero cumprimentar, na pessoa do Marco Antônio, todos os membros dessa Comissão que, durante 11 anos, trabalhou para que nós pudéssemos subir a quantidade de degraus que nós estamos subindo. É como se fosse, Marco Antônio, a Muralha da China. Ela é longa, mas se nós lembrarmos o quanto parecia impossível quando começou a Comissão, e lembrarmos o que se avançou, nós chegaremos à conclusão, hoje, de que a Muralha da China não é tão intransponível como parece ser.

Foram 11 anos de trabalho contínuo, realizados por uma Comissão Especial criada pelo Estado democrático brasileiro, na qual sempre estiveram representadas as principais instituições da República e os familiares dos mortos e desaparecidos políticos. Esses, como sabemos, vindo de uma peregrinação de mais de quatro décadas.

Temos hoje, entre nossos ministros, o mesmo homem que, na condição de ministro da Justiça do governo Fernando Henrique Cardoso, conduziu o reconhecimento pelo Estado brasileiro de sua responsabilidade frente à questão dos opositores que foram mortos, inclusive fora da própria legalidade que o regime autoritário exigia respeitar. Trata-se do nosso companheiro, ministro da Defesa, que acaba de se pronunciar, o ministro Nelson Jobim.

Nós todos sabemos que o Executivo Federal preparou um projeto que o Parlamento brasileiro transformou em lei em dezembro de 1995, criando uma Comissão Especial, cujo representante da Câmara foi o então deputado federal e, posteriormente, ministro dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda. Essa Comissão Especial tinha por missão cumprir três tarefas: reconhecer, formalmente, todos os casos dos mortos e desaparecidos políticos; aprovar a reparação indenizatória; e buscar a localização dos restos mortais que nunca



foram entregues aos familiares para sepultamento. Durante o nosso governo, com a lei ampliada em sua abrangência, a Comissão Especial praticamente concluiu o exame de todos os casos.

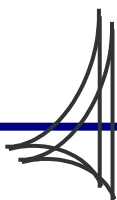
Uma das feridas que permanece aberta é a da localização dos restos mortais de muitos dos opositores mortos. Os seus familiares e amigos, seguindo uma tradição milenar, reclamam o justo direito sagrado de sepultar seus entes queridos. Esse direito milenar e sagrado é de todos, independentemente de credo religioso ou político. É esse direito que queremos resgatar sem rancor, sem revanchismo de qualquer ordem.

Meus amigos e minhas amigas, muitos de nós vivemos no nosso País períodos de autoritarismo, de ditadura, de violência e de cerceamento às liberdades individuais. Hoje, felizmente, estamos aqui irmanados e coesos em torno dos princípios básicos da democracia: liberdade, diversidade, participação e solidariedade.

Estamos irmanados e coesos no combate sem trégua, nem concessões à discriminação, ao racismo, à intolerância, à censura, à tortura, à perseguição por credo religioso ou político. Estamos irmanados e coesos em torno da defesa dos direitos humanos, em toda e qualquer circunstância, para criar um forte antídoto contra o autoritarismo e a violência.

Já disse uma vez e quero repetir agora: defender os direitos humanos é defender, sobretudo, os mais desprotegidos. É lutar contra toda e qualquer forma de violência e de degradação da dignidade humana. Nós sabemos que quando uma sociedade assimila profundamente esses conceitos, quando esses valores se tornam valores de sua cultura, ela passa a defender muito melhor os seus cidadãos contra todas as ameaças e arbitrariedades, não importando as suas origens.

Semear os direitos humanos e persistir, sem tréguas, nessa semeadura, talvez seja a mais difícil, a mais delicada, a mais trabalhosa missão que temos




pela frente em nosso País. Por isso mesmo ela é, certamente, uma das mais preciosas.

Quero concluir afirmando que o lançamento deste livro-relatório na data que marca 28 anos da publicação da Lei de Anistia simboliza a busca de concórdia, um sentimento de reconciliação e os objetivos humanitários que moveram os onze anos de trabalho da comissão especial. Trabalhamos para virar definitivamente essa página sombria da nossa história e acreditamos que vamos fazê-la por meio de iniciativas do Estado, que se tornem permanentes como o Banco de DNA dos familiares que buscam os restos mortais de seus entes queridos, citado pelo nosso querido companheiro Paulo Vanucci.

Essas iniciativas, guiadas pela defesa incondicional dos direitos humanos, são indispensáveis para as famílias dos mortos e desaparecidos políticos. São indispensáveis para os poderes institucionais do País, são indispensáveis para a democracia, são indispensáveis para as novas gerações e são indispensáveis para que esse passado nunca mais se repita.

Eu queria, meus amigos e minhas amigas, dizer mais duas palavras, sobretudo às mulheres, às mães, aos pais, aos filhos, aos irmãos, àqueles que estão, há décadas, esperando uma notícia do dia do “nunca mais”. Não haverá nada mais sagrado do que uma mãe, um pai, um irmão ou um filho saber que o seu parente... O mais importante era saber se estava vivo. Pouca probabilidade. Mas as pessoas se conformam em achar o corpo, fazer um DNA e enterrar o seu ente querido. Quando nós vemos uma mulher, uma jovem senhora de 94 anos de idade, que está desde 1974 à espera de que o filho retorne. Com um sorriso no rosto, sem sofrimento, sem mágoa, ela tem, como grande reivindicação, a possibilidade de estar viva na hora em que for encontrado o corpo do filho.

Isso é uma responsabilidade, ministro Nelson Jobim, ministros aqui presentes, de todos nós, porque ela tem o biotipo de uma pessoa que parece



---

que vai viver mais de 100, mas ainda assim nós só teremos 6 anos, se for mais de 100, e eu acho que é justo que ela faça essa reivindicação, é um direito sagrado da relação, já que nada conseguiu produzir no mundo um direito mais sagrado do que o de uma mãe, que carregou um filho 9 meses na barriga, que o viu nascer, que cuidou dele, que o viu crescer e o viu desaparecer sem ter mais notícia.

Qual é o compromisso do governo? Essas coisas são muito fáceis de falar e mais complicadas de fazer, e quem acompanha esse processo sabe que é uma rotina difícil. O José Gregori passou por isso, o Nelson Jobim passou por um governo, o Márcio Thomaz Bastos, o José Dirceu, a Dilma Rousseff, o Nilmário Miranda passaram por outro período, o Paulinho Vannuchi assumiu mais recentemente, muitos deputados ajudando, muitos senadores tentando encontrar a saída, muitos militares colaborando. Agora, eu queria, não a compreensão das pessoas, porque também não é fácil pedir compreensão às pessoas que estão há tanto tempo esperando apenas uma notícia, que é saber onde está o corpo da pessoa que querem encontrar. Até porque muitos já sabem a forma como a pessoa foi morta, mas não sabem onde está, e eu tenho lembrado e tenho conversado muito com o Paulinho Vannuchi que, de vez em quando, nós somos pegos de surpresa com algumas matérias publicadas na televisão, nas revistas ou nos jornais, de pessoas que não dizem o nome, mas dizem que sabem onde alguém está, que viram quem matou, que viram o helicóptero levando não sei para onde, que viram não sei o quê. Eu cheguei a dizer para o Paulinho: Eu acho que a gente deveria determinar um prazo e pensar que estratégia utilizar para que a gente pudesse saber, definitivamente, onde está e ir buscar, sem expectativa de que a gente vá, a partir daí, fazer um processo de revanchismo com quem quer que seja, até porque a Lei da Anistia já foi aprovada.

Nós vamos continuar com mais experiência. A Comissão já tem 11 anos de experiência e já sabe o que foi difícil, o que foi mais fácil, o que é possível



aprimorar, o que não é possível aprimorar. Se for preciso fazer decreto, fazer lei, nós vamos ter que fazer. Se for preciso colocar mais gente na Comissão, vamos colocar. Não haverá nenhum problema em conversar com quem quer que seja, envolver quantos ministros que seja necessário, para que a gente possa apresentar essa resposta. A resposta que eu acho justa, porque se tem gente que faz muita crítica porque as mães não esquecem os filhos, seria importante que eles, ao fazerem a crítica, fechassem os olhos e imaginassem se fossem os filhos deles que tivessem desaparecidos, se eles não estariam na mesma angústia que estão esses familiares.

Eu disse para os familiares com quem eu me reuni ali, com um grupo muito pequeno, e gostaria de dizer aos deputados, dizer às pessoas que defendem os direitos humanos, dizer aos advogados – estou vendo aqui a figura do Airton Soares, que por tanto tempo foi defensor de presos políticos, acho que eu fui o mais fácil que ele defendeu, porque eu já estava quase solto – dizer a todos vocês que este livro, publicado hoje, é uma fotografia que nós tiramos de 11 anos de trabalho dessa Comissão. É preciso saber que a máquina está carregada com filme, hoje as máquinas são digitais, nós temos disposição, vontade política de continuar fazendo o que for preciso fazer, com o jeito democrático do brasileiro fazer as coisas que, todo mundo sabe que tem que ser, para que a gente possa fazer com que a história do Brasil seja contada com uma única verdade, ou melhor, com aquela verdade que todo mundo sabe que existe, mas que está mal contada. Parece que um lado da moeda está meio arranhado e nós temos que permitir que a sociedade brasileira veja esse lado.

Eu quero dizer aos companheiros que lutam em defesa dos direitos humanos que vocês serão parceiros na crítica. Não fiquem pensando que o governo vai ficar chateado quando alguém criticar. Vocês serão parceiros no apoio, isso vale para os militares, isso vale para os parentes dos desaparecidos, isso vale para os advogados. É preciso que a gente entenda de



uma vez por todas: o Brasil e, sobretudo a história do Brasil, precisa dessa verdade tal como ela é e eu acho que nós conseguiremos desvendá-la e mostrá-la ao povo.

Um grande abraço e muito obrigado a todos vocês.